

Savimbi: Vida e Morte

João Paulo Guerra

Venda Nova: Bertrand Editora, 2002, 350 pp

Em 22 de Fevereiro de 2002, a morte a tiro de um angolano despertou um perceptível suspiro de alívio pelo mundo fora. Com 15 balas no corpo, Jonas Savimbi tinha assim chegado ao seu fim inevitável, ao seu destino. Não, como sempre sonhou, à presidência do país que ajudou a deixar de rastos, mas à morte, à qual tinha condenado milhares de angolanos e que agora lhe vinham cobrar. Savimbi foi morto a cerca de cem quilómetros de Muangai, onde em 1966 tinha supostamente fundado a UNITA. Sabia-se, instintivamente, entre aqueles que se interessam por Angola, que a sua morte criara uma verdadeira oportunidade para finalmente aquele povo sofredor poder viver uma paz duradoura.

Desde o auge da época lírica de *freedom fighter* de Ronald Reagan, que o terá comparado a Abraham Lincoln, a cotação de Savimbi caiu vertiginosamente até chegar ao estatuto de simples bandido, isolado no mato, fugindo em vão das tropas governamentais, às quais acabou por ser traído. Em anos recentes, até os seus antigos aliados vieram a entender, como escreve João Paulo Guerra, que «Savimbi deixara de fazer parte da solução do problema angolano... Savimbi era o problema».

Uma queda vertiginosa

Mas como é que se deu esta queda tão dramática, este declínio de um homem, que passa de ser visto como um libertador de Angola, defensor dos valores ocidentais face ao comunismo, campeão do mercado livre e do futuro de África, a um democrata que não aceita resultados eleitorais, a destruidor de acordos de paz, a pária da comunidade internacional, a violador de direitos humanos, a torturador e carrasco? Se Guerra nos descreve esta queda, o seu livro acaba por não explicar completamente o porquê, a razão que guiava Savimbi, para além do que já sabíamos, isto é, que queria o Poder a todo o custo.

O oportunismo de Savimbi, manifestado por vezes de uma forma brilhante, foi o que o manteve vivo física, política e militarmente ao longo de quatro décadas: um anticolonialista que colaborou com as autoridades coloniais portuguesas; um maoísta que pregou a causa anticomunista; um tribalista que se dizia nacionalista e vice-versa; um africano que alinou com o regime do *apartheid*. Estas e outras contradições que eram Jonas Savimbi revelam a existência de uma força de vontade e uma capacidade para a sobrevivência extraordinárias, mesmo se, ao mesmo tempo, apontam para uma franca ausência de princípios e uma falta de profundidade moral. Mas, dito isto, Savimbi não foi o primeiro nem será certamente o último a justificar os meios invocando o fim.

Para Guerra, o oportunismo de Savimbi e o seu objectivo declarado de presidir Angola são igualmente condenáveis. E Guerra tem, de certa forma, razão. Se Angola tivesse caído nas mãos de Savimbi, o país dificilmente escaparia à crueldade por ele amplamente exibida ao longo dos anos. Mas esta conclusão, mesmo se razoável, não deve reger sozinha uma análise biográfica de uma figura que, claramente, marcou os últimos 35 anos da vida angolana. Com a sua morte, Savimbi, como homem e líder, deixa-nos pouco mais do que uma herança de morte e destruição e está certamente condenado ao caixote do lixo da história. No entanto, interessaria pelo menos tentar perceber o que motivou o homem e as condições que permitiram o líder político.

Propondo-se «repor os factos no plano da realidade», Guerra assumidamente procura destruir o mito de Savimbi, propósito que cumpre. Aliás, *Savimbi: Vida e Morte* lê-se por vezes mais como um depoimento de um procurador, que acusa o réu de longas listas de crimes, sustentado por testemunhas, tendo o cuidado de não referir nada que possa ser atenuante à culpa do acusado. E, de facto, foram cometidos actos por Savimbi e pela UNITA, em seu nome, particularmente contra civis e contra os seus próprios seguidores, que merecem condenação incondicional. Mas, por outro lado, se Savimbi foi quase unicamente responsável pela guerra que destroçou Angola nos anos 90 e no princípio do século XXI, já não é tão claro assim que o conflito em Angola nos anos 70 e 80 não tivesse sido também da

responsabilidade do MPLA. Todavia, Guerra considera evidente a longa linha de culpa de Savimbi.

Os exageros de Savimbi relativamente às suas habilitações literárias, nomeadamente o ubíquo «doutoramento» suíço, e às suas proezas clandestinas na metrópole parecem ser irrefutável e correctamente expostas por Guerra. Mas, neste contexto, importa lembrar que existe também uma controvérsia quanto às origens do MPLA, sendo claro que, em 1961, o nascimento deste movimento foi pré-datado e fixado em Luanda de forma a poder assumir uma identidade local (e não exilada) e, assim, poder associar-se ao assalto às cadeias civis de Luanda, em 4 de Fevereiro desse ano. Na realidade, estas ficções poderiam ser, em ambos os casos, justificadas pelas partes no âmbito das necessidades do conflito anticolonial.

Angola e o xadrez da Guerra Fria

A perspectiva da internacionalização da guerra civil em Angola também é distorcida através das lentes críticas desta biografia. Guerra considera que Savimbi não passou de um instrumento dos americanos e dos sul-africanos. É inegável que Washington, ajudado (ou mesmo empurrado) por Pretória, procurou, em 1975, impedir a tomada de poder pelo MPLA e, subsequentemente, quando não conseguiu este objectivo, trabalhou para derrubar o Governo angolano dando apoio militar e financeiro à UNITA, especialmente durante as administrações Reagan e Bush sénior. Para os EUA, o MPLA em Angola significava um reforço dramático da capacidade de projecção da União Soviética. Para o regime branco na África do Sul, representava uma ameaça à sua sobrevivência e à continuação do *apartheid*. Mas aqui também há o reverso da medalha. Moscovo, claramente, também se aproveitou da situação proporcionada pela guerra civil, a qual conseguiu trazer a bom porto graças à disponibilidade cubana de enviar tropas e consolidar militarmente a posição do MPLA. Enfim, naquela época, jogava-se xadrez.

Neste contexto, o que tanto o MPLA como a UNITA (e, em 1975, a FNLA) conseguiram fazer com sucesso foi reformular e promover a sua rivalidade e a sua luta pelo Poder como parte da competição ideológica da Guerra Fria.

Podiam, assim, colocar-se inextricavelmente nas estratégias das superpotências e chamarem a si o apoio necessário para atingirem os seus fins. Os objectivos do MPLA e da UNITA eram um único – chegar ao Poder – e, portanto, incompatíveis, o que tinha sido já claramente identificado, muito antes da internacionalização do conflito. Nesta perspectiva, é difícil concluir quem era verdadeiramente o instrumento, se a UNITA para os Estados Unidos, se os Estados Unidos para a UNITA.

Ainda na questão da internacionalização, Guerra segue uma cronologia das intervenções cubana e sul-africana em 1975 que está desactualizada e reflecte as tentativas da época e da linguagem da Guerra Fria de atribuir legalidade à intervenção cubana por ter sido em resposta às incursões sul-africanas. Na realidade, os contactos do MPLA tanto com Moscovo como com Havana antecipam, claramente, a versão oficial que consta no relato de Gabriel García Márquez, como, aliás, já foi confirmado por Piero Gleijeses, que teve acesso privilegiado aos arquivos cubanos. De qualquer maneira, a esta distância no tempo, a perspectiva mais útil da cronologia de intervenção na guerra civil em Angola é a que reconhece ter havido uma série de sinais e contra-sinais, medidas e contramedidas, por parte tanto dos actores angolanos como estrangeiros, seguramente conscientes do jogo de xadrez que estavam a jogar.

Tendo em conta, portanto, as respectivas lógicas da Guerra Fria e da luta pela sobrevivência do regime de *apartheid* na África do Sul, o duelo entre o MPLA e a UNITA tem uma razão de ser, pelo que seria difícil de concluir, nesta perspectiva, e independentemente de simpatias políticas, que Savimbi e o seu movimento não eram intervenientes válidos neste conflito.

Depois do final da Guerra Fria, a legitimidade da UNITA pôde assentar sobre a sua representatividade do maior grupo étnico em Angola, procurando igualmente ser a nível nacional uma alternativa política ao MPLA, que, entretanto, tinha abandonado a sua identidade ideológica, agora desnecessária, e abraçado o multipartidarismo. As eleições em 1992, que Savimbi e a UNITA perderam, deveriam ter marcado o início de uma verdadeira transformação daquela rivalidade e de luta pelo Poder de longa data num processo político que permitisse a resolução pacífica do conflito.

Em vez disso, visto agora dez anos mais tarde, os Acordos de Bicesse foram, nas mãos de Savimbi, o princípio do fim.

Um retrato bidimensional

Savimbi: Vida e Morte é um livro importante para focar com alguma realidade o percurso de Savimbi na sua tentativa de tomar o Poder em Angola. Mas o retrato que resulta tem apenas duas dimensões, em larga parte devido ao claro desprezo que Guerra tem pelo seu sujeito. Para ter sucesso, uma biografia deve abrir algumas vias para simpatizar ou, pelo menos, identificar as fraquezas humanas de quem é o objecto de estudo. Mas Guerra não quer chegar perto do homem. É, de facto, difícil simpatizar com a figura de Savimbi (independentemente do carisma pessoal que muitos testemunharam que Savimbi detinha) ou esquecer o efeito devastador que a sua vontade petulante teve sobre a terra e o povo de Angola. Não é, então, surpresa que do trabalho de Guerra não tenha resultado um retrato mais vivo e complexo de Jonas Savimbi.

Em conclusão, talvez não seja possível, de facto, explicar com certeza qual a forte motivação que levou Savimbi a preferir destruir o seu país e deixá-lo em guerra durante décadas em vez de aceitar a paz. Se alguma vez a UNITA representou um programa político alternativo, uma visão de regime socioeconómico diferente ou mesmo uma minoria da população que se achava excluída da nação, nos últimos anos tornou-se impossível, mesmo para quem em tempos tivesse simpatizado com Savimbi, de afirmar para quê e por quem lutava.

Mas Guerra dá-nos uma pista, embora uma que o próprio autor não desenvolve. Está escondida no capítulo IX, na transcrição de entrevistas feitas a dissidentes da UNITA, que são a parte mais interessante deste livro. Atribuir-lhe a sede do Poder em si só não explica porque é que em 1992 Savimbi não mudou para uma estratégia não violenta, já que por esta via teria sido possível, eventualmente, mais cedo ou mais tarde, vir a substituir o MPLA no Governo através das urnas. De facto, a resposta parece estar na convicção, por parte de Savimbi, consciente ou subconscientemente, de que a guerra, a luta armada, era a única forma de ele manter a sua posição de

chefe, de líder. Como disse a Guerra um dos dissidentes, Alípio Parreirão, «...deixando de haver guerra, ninguém seguiria o Dr. Savimbi por causa da sua inconsistência e instabilidade. Não está [preparado para um processo de paz] porque ele tem medo de esvaziar a UNITA».

Afinal, parece ter sido a sua insegurança, fruto de anos de liderança cruel e intolerante do seu próprio movimento, que manteve Savimbi no mato, a lutar. Terá acreditado que tinha de lutar para ser chefe. Não podendo esperar para ser chefe pela vontade de outros, insistiu, então, para que a sua vontade fosse feita. E, finalmente, foi aquilo que os Gregos da Antiguidade chamavam de *hubris*, a sua megalomania e violência que, qual vilão trágico de Shakespeare, o fez encontrar a morte pela espada.